

## Faria de Sá já tem apoio para diretas

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) recebeu ontem pelos Correios e Telégrafos, as cinco últimas assinaturas de constituintes das 187 necessárias à apresentação de seu projeto de decisão marcando eleições diretas para Presidente da República em 15 de novembro de 1988. O projeto será entregue à mesa da Constituinte na próxima terça-feira, em sessão solene, com a presença do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e do relator, deputado Bernardo Cabral.

A expectativa do parlamentar paulista é que a Mesa coloque o projeto na Ordem do Dia do plenário o mais rápido possível. Cabral já garantiu a sua intenção de dar parecer favorável à matéria, mas Faria, cauteloso, prefere aguardar o pronunciamento oficial do relator. «A contagem regressiva para as diretas-88 está iniciada», comentou entusiasmado o netebista.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) não assinou o projeto de Faria, em virtude de estar encabeçando uma emenda popular de 5 milhões de assinaturas pelas eleições diretas em 88. Em contato telefônico com Faria, no entanto, garantiu o seu apoio à proposta e justificou-se: «Vocês têm o meu total apoio, mas preciso valorizar o recolhimento dos 5 milhões de assinaturas, pois estamos juntos no mesmo barco», disse. Faria, que se encontra na capital paulista, revelou que pretende regressar rápido à Brasília, para na segunda-feira, articular novos contatos, pois o mais importante daqui para frente, acrescentou, é atingir os 280 votos necessários para a aprovação em plenário do projeto.

Faria não revelou os nomes dos últimos constituintes que subscreveram o projeto de decisão de sua autoria, pois os telegramas chegaram em sua residência em Brasília, mas sabe-se que parlamentares das mais diversas tendências.



A sessão de ontem da Constituinte foi mais uma vez esvaziada; novamente não houve quórum

## Emenda de Gibson propõe que Sarney governe seis anos

A manutenção do mandato de seis anos para o presidente José Sarney, conforme estabelece a Carta Constitucional em vigor, com base na feita através do pacote de abril de 1977, foi proposta, ontem, à Constituinte, pelo deputado Nilson Gibson, do PMDB de Pernambuco.

A emenda, além de discreta quanto ao seu conteúdo, é também a mais neutra possível em sua justificativa. Fala apenas em suprimir o Artigo 458 do projeto de Constituição, aprovado na comissão de Sistematização da Constituinte, que fixa o mandato presidencial em cinco anos.

Sob esse aspecto, o autor da emenda supressiva da norma sobre mandato presidencial, aceita até o momento, fala em observar, no caso, o que dispõe a Carta constitucional vigente, sob a qual foi eleito o presidente da República.

O constituinte Nilson Gibson não pertence ao chamado Centro



Democrático, integrado por parlamentares do PMDB moderado ajustado às diretrizes políticas do Governo. Esse grupo era o principal defensor do mandato de seis anos, até que o chefe do Governo anunciasse, ele próprio, sua disposição de governar somente por cinco anos. Ainda assim, Gibson é identificado. No grupo, como um aliado em potencial.

Ex-arenista e posteriormente ligado ao PDS, o deputado pernambucano se distinguiu, nas duas últimas legislaturas, por suas críticas severas à oposição, no Congresso Nacional. Foi por isso apontado como porta-voz da extrema direita na Câmara dos Deputados, durante os governos militares dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

Seu nome foi incluído na Comissão de Sistematização da Constituinte por iniciativa da bancada peemedebista de Pernambuco, a qual, na recente convenção nacional do PMDB, se manifestou majoritariamente pela redução do mandato de Sarney.

## Ulysses nega apoio a novo substitutivo

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, não vê com bons olhos o Projeto de Resolução do deputado Alvaro Valle, que propõe uma mudança no Regimento Interno para abrir aos constituintes a possibilidade de apresentação de substitutivo ao Projeto de Constituição, restrita ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Para Ulysses a alteração do Regimento agora significa jogar fora os seis meses de trabalho realizado pelas subcomissões e comissões temáticas: «Não conheço nenhuma matéria que tenha tido tanta oportunidade de ser emendada como o Projeto de Constituição ora em debate. Primeiro foram as emendas iniciais. Depois as emendas do anteprojeto nas Subcomissões, onde inclusive abri exceções para o que não se faz na Câmara dos Deputados: emendar o substitutivo. Em seguida tudo se repetiu nas comissões temáticas e agora a discussão por 40 dias para o substitutivo ou projeto apresentado pela Sistematização e ainda com a instância da apresentação de emendas populares. Acredito que já se deu oportunidade suficiente a um amplo debate, talvez até a uma massa crítica de proporções enormes e isto já é suficiente para fazermos a nova Constituição».

Ele não nega o direito de Valle apresentar o seu projeto, mas pondera que a Constituinte já está em sua reta final e que abrir a possibilidade de apresentar substitutivo aos constituintes agora seria voltar à estaca zero, com seis meses de trabalhos jogados fora.

Para o deputado Bernardo Cabral, o Projeto de Resolução de Alvaro Valle é nitidamente contra o relator: «Alterar o Regimento nesta fase, quando ele já tem cinco meses de vigência, é indicação de que a medida é contra a minha figura pessoal e como tal não posso aceitá-la».

## Valle reivindica mais participação

Novas críticas ao processo de elaboração constitucional foram feitas ontem pelo deputado Alvaro Valle, presidente do PL. «Não somos constituintes apenas para emendar o projeto do relator Bernardo Cabral — afirmou — pois isto é, no mínimo, uma leviandade».

Alvaro Valle criticou a exiguidade dos prazos e também propôs alteração no Regimento Interno da Constituinte, visando maior participação dos parlamentares sob a forma de apresentação de emendas ao substitutivo a ser apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização. Valle esclareceu que não existe contradição em sua proposta, de vez que esta é uma atividade que não suprime as demais, ao contrário, as valoriza.

Uma visão diferente da Constituinte foi dada pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), para quem desde fevereiro esta «vem sofrendo as críticas mais injustas, empíricas, sem percepção para a realidade brasileira». Egídio lembrou que o debate entre parlamentarismo e presidencialismo para a definição do sistema de governo tem sido bem encaminhado e considerou a questão «vital» para o futuro do País.

## Painel eletrônico pronto para teste

No momento em que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, quiser, poderá ser testado, a partir de segunda-feira, o novo painel eletrônico de votações da Câmara, que desde ontem passou a exibir os nomes dos senadores e deputados. Apesar de escritos em plaquetas escuras com tinta branca, alguns constituintes estão se queixando de que as letras são muito pequenas e não dá para ler de longe.

Esse pormenor, porém, não vai interferir nas votações plenárias, já que para isso é suficiente o constituinte digitar na sua poltrona o número de sua carteira funcional, composta de três algarismos, e mais dois outros suplementares, sigilosos, como os números das senhas utilizadas pelos bancos.

A senha secreta foi introduzida no sistema para evitar fraudes nas votações, como as que ocorriam no sistema antigo, que exigia apenas, por processo mecânico, a indicação do número do parlamentar. Agora, com cinco algarismos e com a adoção do equipamento digital, que exibe num pequeno visor os números, a senha fica oculta.

Outra novidade: vai acabar qualquer tipo de anulação de votação sob o pretexto de defeito no sistema. Agora, se um parlamentar, em questão de ordem, disser que seu voto não apareceu, será fácil localizar o defeito, que estará na própria bancada do votante. Nesse caso, o visor indicará, em lugar do algarismo, que aquele terminal está com defeito.

## Righi discorda

O líder do PTB na Câmara e na Constituinte, Gastone Righi, é contrário ao projeto de seu liderado, Arnaldo Faria de Sá, com vistas a fixar em quatro anos o mandato do presidente José Sarney. Para Righi, a prioridade deve ser dada à definição do sistema de governo, em função do qual seria fixado o mandato. O contrário, no seu entender, é como passar o carro adiante dos bois.

## Dois tributos

O deputado Ruben Figueiró (PMDB-MS) propôs, na sessão de ontem da Constituinte, que o sistema tributário nacional passe a apoiar-se apenas em dois tributos: o imposto sobre a renda — não proveniente de salários ou proventos — e a taxa, que incidirá sobre todos os contratos e todas as transações que se realizarem no País.

## Aposentar já

O deputado Florisceno Paixão (PDT-RS) defendeu ontem, na tribuna da Constituinte, a redução para 30 e 25 anos do prazo para aposentadoria dos trabalhadores e servidores públicos, homens e mulheres, hoje fixado em 35, para os primeiros e 25 anos, para as últimas.

## Um mutirão

Cerca de dez entidades vinculadas ao Movimento Unificado Constituinte Popular promoveram na tarde de ontem, em Recife, um mutirão para coleta de 30 mil assinaturas com vistas ao encaminhamento de 18 propostas à Assembleia Nacional Constituinte.

Das 15 barracas e de um palanque armado pelo Conselho Nacional do Direitos da Mulher, as mais procuradas foram os da reforma agrária, direitos dos trabalhadores, reforma urbana, saúde e educação, tecnologia e informática e tortura nunca mais.



Freire vai "até a UDR"

## Freire quer novo texto para reforma

O ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, vê «retrocessos inaceitáveis» em vários itens sobre reforma agrária do projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte e disse, ontem que está conversando «com gregos e troianos» para que os constituintes produzam um texto satisfatório. Disse que conversará até com o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, se receber pedido de audiência.

A posição do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), segundo Freire, é que a Constituinte não pode chegar a um texto, nesta matéria, aquém do Estatuto da Terra, editado em 1964 pelo general Castelo Branco.

Nas últimas semanas, Freire tem conversado, em seu gabinete, com parlamentares «conservadores» e «progressistas» (já falou com cerca de 30), em busca de «um ponto de equilíbrio».

Quando a comissão de Ordem Econômica aprovou um texto considerado «conservador» sobre reforma agrária, o Mirad enviou documento ao deputado Bernardo Cabral com críticas àquele capítulo. Em tom didático, o documento compara vários itens do anteprojeto da Constituição com a Constituição atual, o Estatuto da Terra, documentos do PMDB e a posição do Mirad.

Há duas semanas, depois de conversar com deputados «conservadores» como Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Jorge Viana (PMDB-BA), José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), Marcos Lima (PMDB-MG) e o senador Irapuã Costa Júnior (PMDB-GO), Marcos Freire ficou encarregado de preparar outro texto com o que considera o mínimo para viabilizar a política de reforma agrária do Governo.